



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO CLÍNICA E SOCIAL



CAMILA MENDES DE PAULA

**AVALIAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PESSOAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE REVISÃO
INTEGRATIVA**

OURO PRETO, MG
2025

CAMILA MENDES DE PAULA

**AVALIAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PESSOAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE REVISÃO
INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Nutrição.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Anelise Andrade de Souza.

OURO PRETO, MG

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE NUTRICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE NUTRICAÇÃO CLÍNICA E SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Camila Mendes de Paula

**Avaliação da (in)segurança alimentar e nutricional em pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família:
um estudo de revisão integrativa**

Monografia apresentada ao Curso de Nutrição da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Nutricionista

Aprovada em 24 de outubro de 2025

Membros da banca

Dra. Anelise Andrade de Souza - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Silvana Mara Luz Turbino Ribeiro (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Maria Tereza de Freitas (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dra. Anelise Andrade de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na
Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/11/2025



Documento assinado eletronicamente por **Anelise Andrade de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/10/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1004544** e o código CRC **67AE18A4**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me guiar e abençoar em cada etapa da graduação e construção deste TCC, mostrando o quão capaz sou de chegar aonde quiser com esforço e dedicação.

Agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado com amor, paciência e apoio incondicional, acreditando no meu potencial mesmo nos momentos de incerteza. Aos meus pais, meu maior exemplo de força e perseverança, que me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos professores(as) e a todos os profissionais que fizeram parte da minha formação, ou que de alguma forma contribuíram para me garantir um ensino público de qualidade na Universidade Federal de Ouro Preto, registro minha gratidão por cada ensinamento, orientação e incentivo. Em especial, a minha orientadora Professora Doutora Anelise por toda paciência, dedicação e por tornar essa etapa mais leve, enriquecedora e repleta de aprendizados.

Por fim aos amigos que fiz ao longo dessa jornada, aos amigos da vida e ao meu namorado, agradeço pelo companheirismo e acolhimento de sempre, pelo apoio e por estarem ao meu lado mesmo diante das ausências nos últimos tempos, vocês tornam a minha vida mais leve e feliz.

RESUMO

Introdução: O Programa Bolsa Família é uma política pública federal de transferência direta de renda, destinada às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Integra ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, segurança alimentar e emprego, com o propósito de promover o desenvolvimento humano e romper o ciclo intergeracional da pobreza. Para isso, atua por meio da transferência de renda para o alívio imediato da pobreza, do cumprimento de condicionalidades que estimulam a frequência escolar e o acompanhamento em saúde, além da articulação com outras políticas públicas voltadas à inclusão social e à cidadania. Seu objetivo é garantir o direito à alimentação, à educação e à saúde das famílias vulneráveis, promovendo seu desenvolvimento e proteção social. **Objetivo:** Avaliar a (in)segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Métodos:** Estudo de revisão integrativa com a pergunta norteadora “Ser beneficiário do PBF diminui a insegurança alimentar e nutricional das famílias?” Para responder a essa questão, utilizou as bases de dados PubMed, SciELO e LILACS com temporalidade de 2015 a 2025 e as palavras chaves tais: Programa Bolsa Família, insegurança alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional. **Resultados:** Os achados indicam elevada prevalência de insegurança alimentar entre as famílias beneficiárias, com índices variando entre 63,4% e 81,6%, especialmente nos níveis moderado e grave. Entre os fatores mais associados estão baixa escolaridade, renda insuficiente, moradia inadequada e exposição à vulnerabilidade social. Apesar disso, a maioria dos estudos (16 artigos, 66,7%) apontam efeitos positivos do PBF, sobretudo na melhoria do acesso a alimentos e na redução da insegurança alimentar. **Conclusão:** O Programa Bolsa Família configura-se como uma importante estratégia governamental para mitigar os efeitos da insegurança alimentar entre grupos em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. A presença do programa em áreas de maior vulnerabilidade econômica e social evidencia sua boa focalização, uma vez que os níveis mais elevados de insegurança alimentar são justamente esperados nesses contextos. Os resultados reforçam que sua efetividade depende do apoio de políticas complementares, como acesso à educação de qualidade, geração de emprego e renda, saneamento básico e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, é fundamental o aprimoramento da gestão e da expansão territorial do programa. Portanto, embora constitua um avanço expressivo no enfrentamento da fome, o PBF deve ser articulado a ações intersetoriais capazes de assegurar desenvolvimento humano sustentável e inclusão social.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Insegurança Alimentar e Nutricional, Contextos Sociais, Econômicos e Regionais.

ABSTRACT

Introduction: The Bolsa Família Program (PBF) is a federal public policy of direct income transfer aimed at families living in poverty and extreme poverty. It integrates actions in the areas of social assistance, health, education, food security, and employment, with the purpose of promoting human development and breaking the intergenerational cycle of poverty. To achieve this, it operates through income transfers for the immediate relief of poverty, compliance with conditionalities that encourage school attendance and health monitoring, and coordination with other public policies focused on social inclusion and citizenship. Its goal is to ensure the right to food, education, and health for vulnerable families, promoting their development and social protection. **Objective:** To assess food and nutritional (in)security among beneficiaries of the Bolsa Família Program. **Methods:** This is an integrative review study guided by the research question: "Does being a beneficiary of the PBF reduce food and nutritional insecurity among families?" To answer this question, the study used the PubMed, SciELO, and LILACS databases, covering the period from 2015 to 2025, with the following keywords: Bolsa Família Program, food and nutritional insecurity and food and nutritional security. **Results:** The findings indicate a high prevalence of food insecurity among beneficiary families, with rates ranging from 63.4% to 81.6%, especially at moderate and severe levels. The most associated factors include low educational attainment, insufficient income, inadequate housing, and exposure to social vulnerability. Despite this, most studies (16 articles, 66.7%) report positive effects of the PBF, particularly in improving access to food and reducing food insecurity. **Conclusion:** The Bolsa Família Program stands out as an important governmental strategy to mitigate the effects of food insecurity among groups living in poverty and extreme poverty in Brazil. The program's presence in areas of greater economic and social vulnerability demonstrates its effective targeting, as higher levels of food insecurity are expected in these contexts. The results reinforce that its effectiveness depends on complementary policies, such as access to quality education, job creation and income generation, basic sanitation, and the strengthening of family farming. Furthermore, improving program management and expanding its territorial reach are essential. Therefore, although it represents a significant advancement in the fight against hunger, the PBF must be integrated with intersectoral actions capable of ensuring sustainable human development and social inclusion.

Keywords: Bolsa Família Program, Food and Nutritional Insecurity, Social, Economic and Regional Contexts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição dos estudos selecionados para a revisão integrativa, segundo título, autores, ano e periódico de publicação	20
Quadro 2: Descrição dos estudos selecionados para a revisão integrativa (ID, objetivo do estudo, metodologia, resultados e conclusão)	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

IA – Insegurança Alimentar

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

UBS – Unidade(s) Básica(s) de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral	10
3 REVISÃO DA LITERATURA	11
3.1 Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos e Marcos Regulatórios	11
3.2 Insegurança Alimentar e Nutricional: Dimensões e Mensuração	12
3.3 Intersectorialidade e Direitos Humanos como Bases Estruturantes	13
3.4 Panorama recente da insegurança alimentar no Brasil e no mundo	13
3.5 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o SISAN	14
3.6 O papel proporcional do PBF no enfrentamento da insegurança alimentar	15
4 METODOLOGIA	17
5 RESULTADOS	19
6 DISCUSSÃO	35
7 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006 – LOSAN) e a Emenda Constitucional nº 64/2010 configuram-se como marcos estruturantes na institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e no enfrentamento da fome e da miséria no Brasil (Teixeira, 2025). Esses dispositivos legais consolidam a SAN como direito fundamental, ao mesmo tempo em que fortalecem políticas públicas intersetoriais, ampliam o suporte técnico e político à gestão governamental, promovem a capacitação de profissionais da área e incentivam a participação social, favorecendo o monitoramento e a efetividade das ações implementadas (Brasil – MDS, 2025).

A concepção de SAN pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, que sejam seguros, nutritivos, culturalmente aceitos e capazes de assegurar práticas alimentares promotoras de saúde, conforme orienta o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Nesse contexto, a renda familiar desponta como determinante social crucial para a condição de segurança ou insegurança alimentar, sobretudo em populações em situação de vulnerabilidade (Brasil – MDS, 2025).

Entre as políticas públicas brasileiras que incidem diretamente sobre esse determinante, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003 a partir da unificação de iniciativas anteriores – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás (Politize, 2023). Trata-se de um programa federal de transferência direta de renda, voltado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que durante sua vigência promoveu mudanças expressivas no cenário social do país. Uma década após sua implementação, o Brasil deixou de figurar no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), resultado diretamente relacionado ao impacto do PBF na redução da insegurança alimentar (IFZ.ORG.BR, 2025).

Após a breve substituição pelo Auxílio Brasil em 2021, o programa foi reinstituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2025). Atualmente, o PBF constitui o maior programa de transferência de renda da América Latina, alcançando aproximadamente 21 milhões de famílias (cerca de 56 milhões de pessoas) com benefício médio mensal de R\$ 600,00, variando de acordo com a

composição familiar e a condição socioeconômica (MDS, 2025).

O modelo de focalização do programa é operacionalizado por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com elegibilidade restrita a famílias cuja renda per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00. Anteriormente, os critérios contemplavam dois pontos de corte: famílias extremamente pobres (até R\$ 105,00, ajustado a partir de R\$ 89,00) e famílias pobres (entre R\$ 89,01 e R\$ 210,00), desde que incluíssem crianças, adolescentes ou gestantes (MDS, 2025). Além da transferência monetária, o programa estabelece condicionalidades relacionadas à frequência escolar, ao calendário vacinal e ao acompanhamento em saúde, que buscam não apenas mitigar os efeitos imediatos da pobreza, mas também interromper o ciclo intergeracional da vulnerabilidade social, favorecendo o desenvolvimento humano (Soares, 2012, p. 9).

Estudos evidenciam os avanços alcançados pelo PBF em múltiplas dimensões. Em 2014, levantamento conduzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Universidade de São Paulo (USP) já indicava melhorias expressivas nos indicadores de nutrição e renda em famílias beneficiárias (FAO; OPS; UNICEF; WFP, 2022). Mais recentemente, pesquisas apontam que, embora o programa tenha contribuído de forma significativa para a redução da pobreza e da fome, a pandemia de COVID-19 potencializou um maior consumo de produtos ultraprocessados em detrimento aos alimentos in natura e minimamente processados, inclusive entre beneficiários do PBF, em conformidade com a tendência observada na população em geral (Amaral et al. 2021; Martins et al. 2023).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do PBF sob a ótica da interseccionalidade, articulando as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Insegurança Alimentar (IA), a fim de compreender em que medida o programa contribui para a promoção da saúde e da cidadania em populações vulnerabilizadas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar um levantamento de dados sobre a situação de (in)segurança alimentar e nutricional em pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, identificando seus determinantes sociais, econômicos e nutricionais.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O Programa Bolsa Família (PBF) é reconhecido como a maior política de transferência direta de renda do Brasil, com impactos significativos na redução da fome, da pobreza extrema e das desigualdades sociais. Criado em 2003 e relançado pelo Governo Federal em 2023 com novos aprimoramentos, o PBF passou a considerar a composição e as características das famílias beneficiárias, garantindo maior equidade na distribuição dos recursos. Famílias numerosas, por exemplo, recebem valores proporcionais ao número de integrantes, o que potencializa o alcance da proteção social (MDS, 2025).

Mais do que uma política de caráter compensatório, o PBF é estruturado sob a perspectiva da integração intersetorial, articulando políticas de saúde, educação, assistência social e trabalho, de modo a ampliar o acesso a direitos fundamentais. Essa abordagem está em sintonia com os princípios da proteção social, da promoção da cidadania e da justiça social, elementos que visam não apenas atenuar os efeitos imediatos da pobreza, mas também promover a inclusão e a transformação social (Burlandy, 2007; Valente, 2014).

O programa se apoia em três pilares fundamentais: o direito à renda mínima, o cumprimento de condicionalidades sociais, como a frequência escolar e o acompanhamento em saúde e a articulação entre políticas públicas. Essa concepção reflete a compreensão de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, que exige respostas amplas, sustentadas em políticas universais e focalizadas (Soares; Sátyro, 2009).

3.1 Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos e Marcos Regulatórios

A relação entre o PBF e a promoção da cidadania se torna ainda mais evidente ao se considerar sua contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006), a SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o atendimento a outras necessidades essenciais. O conceito também envolve a adoção de práticas alimentares promotoras de saúde, respeitadas da diversidade cultural e sustentáveis em termos ambiental, social e econômico (BRASIL, 2006; CONSEA,

2010).

A SAN está fundamentada no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 1992. Esse direito estabelece que o Estado deve garantir a todos os cidadãos o acesso a uma alimentação digna, segura e culturalmente apropriada (Valente, 2002; Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), atualizada em 2011, e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) consolidaram os princípios que orientam a SAN no Brasil, reforçando a intersectorialidade, a participação social e a sustentabilidade como eixos estruturantes (BRASIL, 2011).

3.2 Insegurança Alimentar e Nutricional: Dimensões e Mensuração

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) é caracterizada pela limitação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Pode se manifestar em diferentes graus: leve, quando há preocupação ou incerteza em relação ao acesso futuro; moderada, quando há redução quantitativa dos alimentos; e grave, quando ocorre privação alimentar entre adultos e crianças da família (Segall-Corrêa; Marin-León, 2009).

No Brasil, a mensuração da IAN é realizada principalmente pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada em 2004 e adaptada a partir da escala norte-americana *Household Food Security Survey Module* (HFSSM). A EBIA permite avaliar a percepção das famílias sobre a falta de alimentos, configurando-se como um instrumento eficaz de monitoramento e planejamento de políticas públicas (Segall-Corrêa et al. 2003; Pérez-Escamilla; Segall-Corrêa, 2008).

Estudos nacionais apontam que a IAN está fortemente associada à pobreza, à baixa escolaridade, ao desemprego e à exclusão social, fatores que compõem os determinantes sociais da saúde e da nutrição (IBGE, 2021; FAO, 2022). Dessa forma, políticas como o PBF são estratégicas para mitigar a IAN, visto que garantem não apenas a transferência de renda, mas também a ampliação do acesso a serviços básicos e oportunidades sociais.

3.3 Intersetorialidade e Direitos Humanos como Bases Estruturantes

Os marcos teóricos da SAN e as estratégias do PBF reforçam a compreensão de que o enfrentamento da fome e da pobreza não pode se restringir a medidas pontuais ou assistencialistas. Pelo contrário, exige a adoção de políticas públicas estruturantes, com base nos princípios da intersetorialidade, da participação social e da promoção dos direitos humanos.

Nesse sentido, o fortalecimento de conselhos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e a mobilização da sociedade civil foram determinantes para consolidar a SAN como política de Estado no Brasil (Maluf, 2007; Burlandy, 2009). Essa perspectiva contribui para que programas de transferência de renda, como o PBF, sejam compreendidos não apenas como medidas emergenciais, mas como parte de um processo contínuo de promoção da cidadania e da dignidade humana.

3.4 Panorama recente da insegurança alimentar no Brasil e no mundo

A partir da crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19, observou-se um retrocesso nos indicadores de segurança alimentar no Brasil. Segundo dados da FAO, ao final de 2020, 55,2 % dos domicílios brasileiros viviam algum grau de insegurança alimentar, um salto em relação aos 36,7 % apresentados em 2018. A insegurança grave (fome) afetava 9 % dos domicílios, o que equivalia a cerca de 19 milhões de brasileiros.

Durante o ápice da pandemia, a FAO estimou que 116,8 milhões de brasileiros viviam com algum grau de insegurança alimentar, dos quais 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente, e 19 milhões enfrentavam fome explícita.

Dados da Rede PENSSAN (2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia) reforçam esse cenário: em 2022, 33,1 milhões de pessoas "não têm o que comer", e 58,7 % da população convive com insegurança alimentar em algum grau (leve, moderado ou grave).

No âmbito global, o Relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI) continua sendo referência para monitorar as tendências da fome e da nutrição. A edição de 2024 aprofundou o debate sobre os desafios financeiros para erradicar a fome, analisando lacunas de financiamento dos sistemas agroalimentares.

No caso do Brasil, há boas notícias recentes: em 2024, o país voltou a sair do “Mapa da Fome” da ONU, com porcentagem de população em risco de subnutrição abaixo de 2,5 %, com base em média trienal (2022–2024).

Além disso, o relatório da FAO (SOFI 2024) mostra que a insegurança alimentar severa caiu 85 % no Brasil em 2023 (de 17,2 milhões para 2,5 milhões de pessoas).

Os dados mais recentes apontam ainda que, entre 2021 e 2023, a proporção de pessoas em insegurança alimentar grave reduziu de 6,6 % para 3,4 % no país, correspondendo a aproximadamente 7 milhões de pessoas a menos nessa condição.

No entanto, é importante observar que essas estimativas são médias trienais, o que “dilui” os efeitos pontuais de políticas recentes.

Esses dados reforçam que o Brasil está em uma trajetória de recuperação dos indicadores de SAN, mas o momento exige cautela: as desigualdades regionais, os efeitos da inflação nos preços dos alimentos, a volatilidade econômica e o impacto da pandemia ainda reverberam na vulnerabilidade alimentar.

3.5 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o SISAN

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída e consolidada ao longo do tempo, é central para a articulação das ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e integralidade do cuidado nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNAN define diretrizes como promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, regulação de alimentos, participação social, qualificação da força de trabalho e articulação intersetorial.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) operacionaliza o arcabouço institucional da SAN no Brasil. Por meio da adesão de estados e municípios, o SISAN promove a coordenação entre diferentes setores, o monitoramento de indicadores e avaliação dos impactos das políticas públicas de alimentação e nutrição. Dentro das competências do SISAN estão:

- Monitorar e avaliar mudanças no cenário de alimentação e nutrição;
- Verificar os impactos de programas de SAN sobre as populações atendidas;
- Fomentar a adesão e integração de programas alimentares locais (como

bancos de alimentos, cozinhas comunitárias);

- Apoiar tecnicamente os gestores municipais e estaduais na formulação e implementação de planos locais de SAN.

A adesão ao SISAN exige a criação de conselhos e instâncias intersetoriais de gestão (CONSEA local, CAISAN), além da elaboração de planos municipais, estaduais ou distritais de SAN.

A articulação entre PBF, PNAN e SISAN é estratégica: o Bolsa Família, inserido em um contexto institucional mais amplo, pode atuar como vetor para fortalecer a política de SAN ao convergir com ações locais e estratégias intersetoriais.

3.6 O papel do PBF no enfrentamento da insegurança alimentar

Do ponto de vista das políticas de nutrição, o PBF é uma “porta de entrada” para promover segurança alimentar, mas sua eficácia depende de integração com outras medidas estruturantes, por exemplo, regulação de alimentos ultraprocessados, promoção de alimentação saudável, fomento à produção local e redes de proteção social.

No estudo “Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição”, os autores destacam que as políticas de nutrição se beneficiam da sinergia com programas sociais que interferem no determinante renda, mas apontam que há desafios de continuidade orçamentária, coordenação entre esferas de governo e fragilidade na vigilância nutricional local.

Em períodos recentes, o Brasil enfrentou retrocessos: entre 2020 e 2022, o país teve aumento da fome e da insegurança alimentar, por um lado, pela fragilização dos programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), pela extinção do CONSEA e pela redução de investimentos em políticas de SAN; por outro, pela deterioração dos indicadores econômicos e da renda das famílias vulneráveis.

Esses recuos destacam a vulnerabilidade dos ganhos conquistados em políticas de SAN e reforçam que o PBF, por si só, não basta: para que famílias beneficiárias escapem da insegurança alimentar permanente, é necessário que o programa seja complementado por estratégias que incidem sobre determinantes estruturais (preços dos alimentos, regulação do mercado, reforço à agricultura familiar local, formação em educação alimentar e nutricional, entre outros).

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é investigar a (in)segurança alimentar e nutricional em beneficiários do PBF. A pergunta norteadora que guiou a realização desta revisão foi: “Ser beneficiário do PBF diminui a insegurança alimentar e nutricional das famílias?”

Para responder a essa questão, foi realizada uma busca sistematizada na literatura, durante o período de abril a maio de 2025, utilizando as bases de dados PubMed, SciELO e LILACS. A temporalidade de análise foi do ano de 2015 a 2025 considerando artigos publicados em português, inglês e espanhol. Os descritores utilizados foram: Programa Bolsa Família, insegurança alimentar, insegurança alimentar e nutricional, segurança alimentar, segurança alimentar e nutricional. Os operadores booleanos “AND” e “OR” foram utilizados para combinar os descritores de forma a abranger estudos relevantes sobre o tema.

Os artigos localizados foram submetidos aos seguintes critérios de inclusão: (i) artigos completos e com acesso livre; (ii) artigos disponíveis nos idiomas inglês, espanhol e português; (iii) artigos com resultados referentes ao PBF. Foram excluídos, por sua vez: (i) artigos repetidos nas bases de dados e/ou duplicados dentro da mesma base de dados; (ii) relato de experiência e artigos de revisão de literatura, sendo elas integrativa, sistemática, narrativa ou de escopo; (iii) notas técnicas, (iv) teses e dissertações, (v) artigos que tratavam de outros programas de transferência de renda.

Os artigos foram selecionados primeiramente por meio da leitura do título e do resumo do artigo, de forma a visualizar se possuíam características referentes à pergunta norteadora da pesquisa. Após essa primeira etapa de exclusão, foram lidos na íntegra, aqueles que possuíam informações que respondiam à pergunta norteadora da pesquisa ou apresentavam subsídios que o fariam. Ao final, permaneceram para análise dos resultados aqueles que responderam ao questionamento da pesquisa e/ou abriram uma discussão ampla sobre o tema. Todas as etapas foram realizadas por dois avaliadores de forma independente, e quando ocorreu discordância, o pesquisador sênior realizou o desempate.

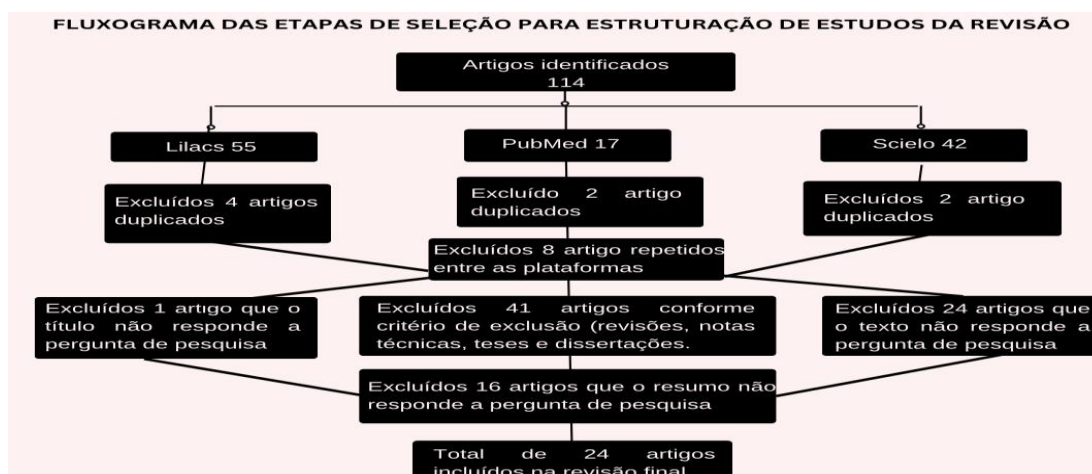
Para a compilação dos resultados dos artigos selecionados, foi utilizado o programa *Microsoft Office Excel*. Para todos os artigos foram registradas as seguintes informações: título do artigo, autores, revista e ano de publicação; aspectos metodológicos dos estudos (local de realização, unidade de análise [nacional, regional ou local], objetivos do estudo, temporalidade [período de sua realização], tipo de desenho e método de análise dos resultados) e conclusão do artigo. Por fim, foram registradas as evidências dos artigos em relação à associação entre a participação no PBF em segurança alimentar na população brasileira, permitindo responder à pergunta norteadora do presente estudo.

5 RESULTADOS

A Figura 1 apresenta as etapas de seleção para a estruturação da revisão, em que foram identificados inicialmente 114 artigos. A partir dos critérios de exclusão, foram retirados 8 artigos duplicados (7,0%) e 41 documentos que se apresentaram como artigos de revisão de literatura, notas técnicas, teses ou dissertações (36,0%), resultando em um total de 65 artigos. Após essa etapa, foram excluídos 39 artigos

após a leitura do título, resumo ou texto na íntegra (60,0%), restando um total de 26 artigos (22,8%) que compuseram a revisão final como se observa abaixo:

Figura 1: Etapas metodológicas adotadas para a construção da revisão integrativa



Fonte: Autor (2025).

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos artigos selecionados para esta revisão integrativa, contemplando informações como título, autores, ano de publicação e periódico. Observa-se que 8 artigos (30,8%) dos artigos foram publicados em periódicos classificados como A1, 1 artigo (3,8%) em A2, 2 artigos em B2 (7,7%) e os demais 13 artigos (57,7%) em periódicos com classificação inferior ou não identificada no Qualis/CAPES. Além disso, apresenta estudos que foram publicados majoritariamente em 2017 (23,1%), seguidos pelos anos de 2022 e 2023 (ambos com 19,2%), 2020 e 2024 (com 11,5% cada), e com menor frequência em 2021, 2019, 2018, 2015 e 2014 (cada um com 3,8%). As publicações analisadas contemplam distintos contextos sociais, econômicos e regionais, possibilitando uma compreensão ampla e multifacetada dos efeitos do programa sobre as condições alimentares das famílias beneficiárias.

Quadro 1: Descrição dos estudos selecionados para a revisão integrativa, segundo título, autores, ano e periódico de publicação

Título do Artigo	Autores	Ano de publicação	Ano de execução do estudo	Local do estudo	Periódico
<i>Prevalence and factors associated with food insecurity in quilombola families from Alagoas, Brazil (A1)</i>	(Duarte et al. 2024)	2024	2022	Alagoas - NE	Revista de Nutrição.

A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família (A2)	(Serenini et al. 2023)	2023	2021-2022	Lavras - MG	Revista Brasileira de Estudos de População, vol 40.
Fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de cinco anos da Paraíba, Brasil (A3)	(Oliveira et al. 2022)	2022	2019-2020	Paraíba - NE	Ciência & Saúde Coletiva, volume 27, número 2.
Situação de insegurança alimentar em domicílios de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil: contribuições para discussão da violação do direito à alimentação (A4)	(Silva et al. 2022)	2022	2020	Pernambuco - NE	Revista Saúde e Sociedade, volume 31, número 4.
Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais (A5)	(Bueno et al. 2021)	2021	2019	Zona rural (sem local específico) - NE	Revista Cadernos de Saúde Coletiva, volume 29, número 2, em setembro-outubro.
Padrões alimentares e (in)segurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família (A6)	(Cardozo et al. 2020)	2020	2018-2019	São Paulo - SP	Revista Interações (Campo Grande), volume 21, número 2, em abril a junho.
<i>Predictive power of indicators to the perception of food and nutritional insecurity in the Bolsa Família Programa (A7)</i>	(Cardozo et al. 2020)	2020	2015-2016	Araraquara - SP	Revista Gestão & Produção, volume 27, número 3.
O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do					Revista Interações (Campo Grande),

Território do Marajó, PA (A8)	(Nascimento et al. 2017)	2017	2015-2016	Marajó - Pará	volume 18, número 2, no período de abril a junho.
Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil (A9)	(Sperandio et al. 2015)	2015	2013-2014	Viçosa - MG	Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, volume 24, número 4, em outubro-dezembro.
Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar: um estudo de base populacional em um município da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, Brasil (A10)	(Mata et al. 2024)	2024	2022	Itapiranga - Amazonas	Revista Cadernos de Saúde Pública, volume 40, número 4, em maio.
Crise, austeridade fiscal e insegurança alimentar: fatores associados, tendências e distribuição espacial via PNAD e POF (A11)	(Amaral et al. 2024)	2024	2004-2022	Nacional PNAD/POF	Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 29, número 11, em novembro.
<i>Minimum dietary diversity and consumption of ultra-processed foods among Brazilian children 6-23 months of age</i> (A12)	(Lacerda et al. 2023)	2023	2019	NACIONAL (ENANI)	Revista Cadernos de Saúde Pública, vol 39, suplemento 2, em outubro.
<i>The National Wealth Score in the Brazilian National Survey on Child Nutrition (ENANI-2019)</i> (A13)	(Andrade et al. 2023)	2023	2019	Nacional	Revista Cadernos de Saúde Pública, vol 39, suplemento 2.
Insegurança Alimentar e Nutricional de beneficiários do Programa Bolsa Família / Food and	(Motozo et al. 2023)	2023	2021	Ribeirão Preto – SP	Revista Mundo da Saúde, volume 41, número 4.

Nutritional Insecurity of Bolsa Família Program Beneficiaries (A14)					
<i>Socioeconomic and nutritional aspects of pregnant women assisted by Programa Bolsa Família: cohort NISAMI (A15)</i>	(Lisboa et al. 2022)	2022	2020	Recôncavo - Bahia	Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 27, número 1, em janeiro.
Características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (A16)	(Araújo et al. 2022)	2022	2021	Ouro Preto - MG	Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 27, número 2, em fevereiro.
Decisões Alimentares de Beneficiárias do Programa Bolsa Família: a Renda é o Único Determinante do "Comer Saudável"? (A17)	(Batista et al. 2020)	2020	2019	João Pessoa – PB	Revista Brasileira de Ciências da Saúde, volume 24, número 1, em março.
Qualidade de vida, coesão e adaptabilidade em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (A18)	(Rosalini et al. 2019)	2019	2012	São Paulo - SP	Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 24, número 1, em janeiro.
Foco e cobertura do programa Bolsa Família em crianças das coortes de nascimento BRISA, Ribeirão Preto (São Paulo) e São Luís (Maranhão), Brasil. (A19)	(Silva et al. 2018)	2018	2010-2011	São Paulo – SP e São Luís - MA	Revista Cadernos de Saúde Pública, volume 35, número 6, em julho
Consumo alimentar de usuários do Sistema Único de Saúde segundo o tipo de assistência e participação no Bolsa Família (A20)	(Silvani et al. 2018)	2017	2014-2015	Nacional (SUS)	Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 23, número 8, em agosto.
Tuberculose: desigualdade de renda					Revista

e interrelação da Estratégia Saúde da Família e Bolsa Família (A21)	(Popolin et al. 2017)	2017	2007-2013	Nacional	Eletrônica de Enfermagem, vol. 19.
Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil (A22)	(Sperandio et al. 2017)	2017	2008-2012	Regiões Sudeste e Nordeste	Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 22, número 6, em junho.
Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? (A23)	(Silva et al. 2017)	2017	2015-2016	Nordeste (comunidades rurais)	Revista Cadernos de Saúde Pública, volume 33, número 4.
Segurança alimentar, renda e o Programa Bolsa Família: estudo de coorte de municípios da Paraíba, Brasil, 2005-2011] (A24)	(Cabral et al. 2014)	2014	2005-2011	Paraíba - PB	Revista Cadernos de Saúde Pública, volume 30, número 2, em fevereiro.

Fonte: Autor (2025).

O quadro 2 descreve para cada artigo (identificado a partir deste ponto pelos códigos A1 a A24), a metodologia adotada, os objetivos propostos, as principais descobertas e as conclusões alcançadas. Entre os 24 artigos analisados, 16 estudos (66,7%) utilizaram uma abordagem quantitativa (A1, A3, A4, A5, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16 A19, A24) Esses estudos utilizaram, em grande parte, bases de dados secundárias de abrangência nacional, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os Censos Demográficos do IBGE, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e o Cadastro Único (CadÚnico).

Outros quatro estudos (16,7%) (A2, A8, A17, A18) adotaram uma abordagem qualitativa, lançando mão de técnicas como análise temática para interpretar os discursos e as percepções de beneficiários, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da realidade vivenciada por famílias em situação de vulnerabilidade social. Os demais quatro estudos (16,7%) (A20, A21, A22, A23) empregaram uma metodologia mista, combinando análises quantitativas e qualitativas. Essa

combinação permitiu explorar o fenômeno da insegurança alimentar sob diferentes perspectivas, enriquecendo a análise com dados objetivos e subjetivos.

Em relação ao recorte geográfico, 17 estudos (70,8%) foram conduzidos em níveis local ou estadual (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A14, A15, A16, A17, A18, A20, A21) abrangendo municípios e estados como Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul. Os sete estudos restantes (29,2%) apresentaram abrangência nacional (A11, A12, A13, A19, A22, A23 e A24), utilizando dados populacionais representativos para analisar o impacto do programa em escala mais ampla. Quanto à distribuição regional, o Nordeste destacou-se como a região mais investigada, com oito estudos (33,3%) (: A1, A3, A4, A5, A10, A15, A23, A24), seguido pelo Sudeste com sete estudos (29,2%) (A2, A6, A7, A9, A14, A16, A17), Norte com três (12,5%) (A8, A10, A21) e Sul com dois (8,3%) (A18, A20).

Os objetivos principais dos estudos concentraram-se na análise da prevalência, dos fatores associados e do impacto do PBF sobre a insegurança alimentar, especialmente em grupos sociais vulneráveis. A maior parte das pesquisas (18 estudos, 75%) (A1, A3, A4, A5, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13, A14,

A15, A16, A19, A21, A22, A24) buscou mensurar a relação entre o recebimento do benefício e a redução dos níveis de insegurança alimentar, considerando fatores socioeconômicos, demográficos, educacionais e ambientais. Os seis estudos restantes (25%) (A2, A8, A17, A18, A20, A23) abordaram questões mais específicas, como os padrões alimentares, a diversidade alimentar infantil, o estado nutricional de gestantes e a percepção dos beneficiários em relação ao programa, com análise em paralelo da segurança alimentar e nutricional dos sujeitos de pesquisa.

Os achados empíricos revelam uma alta prevalência de insegurança alimentar entre as famílias participantes do programa, com índices variando entre 63,4% e 81,6%, especialmente nos níveis moderado e grave. Dentre os fatores mais associados a essa condição destacam-se a baixa escolaridade, a renda insuficiente, a moradia inadequada e a ampla exposição à vulnerabilidade social.

Apesar desse cenário, a maioria dos estudos (16 artigos, 66,7%) aponta para os efeitos positivos do Programa Bolsa Família, especialmente no que tange à melhoria do acesso aos alimentos e à redução dos níveis de insegurança alimentar. Ainda assim, os autores são unânimes ao afirmar que o programa, embora eficaz, não é suficiente por si só para erradicar a fome, sendo imprescindível que ele seja

articulado a outras políticas públicas estruturantes, voltadas à promoção da justiça social do acesso à educação, da geração de renda e da melhoria das condições habitacionais.

Quadro 2: Descrição dos estudos selecionados para a revisão integrativa (ID, objetivo do estudo, metodologia, resultados e conclusão)

ID	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
-----------	-----------------	--------------------	-------------------	------------------

A1	Identificar a prevalência e os fatores associados à IA em famílias quilombolas de Alagoas, Brasil.	Abordagem quantitativa	Das 2.485 famílias, 67,6% estavam em IA, 34,7% em níveis moderado ou grave, associada a moradias precárias, baixa escolaridade, alta densidade domiciliar, pobreza e à participação de 862 famílias no PBF.	Apesar de sua importância como estratégia de proteção social, o benefício isolado do PBF não foi suficiente para reduzir significativamente a IAN nas famílias analisadas.
A2	Conhecer a percepção dos adolescentes participantes do Programa PBF sobre a IA.	Abordagem qualitativa	A pesquisa apontou que 67,6% das famílias de adolescentes do PBF enfrentam IA sendo 34,7% em níveis moderado ou grave, associado a moradias precárias, baixa escolaridade, alta densidade domiciliar e ao próprio programa.	O PBF contribui para reduzir a fome e garantir alimentos básicos, mas seu valor não cobre uma alimentação adequada, variada e de qualidade mensal, sobretudo em famílias grandes.
A3	Investigar os fatores maternos, sociais e de acesso à saúde que influenciam o estado nutricional de crianças menores de cinco anos.	Abordagem quantitativa	Déficit de estatura (7,9%) e excesso de peso (12,8%) em crianças foram associados à idade inferior a dois anos, IA, ausência de benefícios sociais e EN materno, evidenciando a influência materna e socioeconômica na saúde infantil.	O estudo mostra que o EN de crianças na Paraíba está fortemente associado ao EN materno, à IA e à exclusão de programas sociais, reforçando a importância de políticas integradas de saúde e assistência.
			Em Pernambuco, 68,4% dos domicílios	

A4	Investigar os fatores associados à IA em domicílios do Estado de Pernambuco	Abordagem quantitativa	enfrentam IA, sobretudo os chefiados por mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade e renda, principalmente em áreas rurais, refletindo desigualdades históricas.	O PBF melhora o acesso e a alimentação das famílias, mas não elimina a alta prevalência da IA; a maior parte dos recursos é destinada à compra de alimentos, destacando sua relevância no acesso alimentar.
A5	Avaliar a prevalência de IA entre estudantes de escolas rurais e investigar sua associação com fatores como a classe econômica das famílias beneficiárias do PBF.	Abordagem quantitativa	Entre as 121 famílias avaliadas, 57,9% apresentaram IA e 46,3% eram beneficiárias do Bolsa Família. Famílias de classes socioeconômicas mais baixas mostraram maior prevalência de insegurança alimentar com obesidade em 19,7% das crianças e 22,9% dos adolescentes.	A IA é um problema relevante entre estudantes de escolas rurais, especialmente em famílias de baixa renda e beneficiárias de programas sociais.
A6	Identificar padrões alimentares de famílias beneficiárias ou não do PBF em município paulista, analisando sua associação com níveis de IA.	Abordagem quantitativa	O estudo identificou três padrões alimentares — restrito, saudável e tradicional — e revelou que a IA moderada ou grave está associada ao padrão restrito, ligado à baixa escolaridade, idade avançada e	A IA impacta negativamente os padrões alimentares, enquanto a cultura influencia a adoção dos padrões tradicionais e saudáveis, destacando a importância da soberania alimentar para a segurança nutricional.

			anemia.	
A7	Analisar o poder preditivo da percepção de IAN em famílias beneficiárias e não beneficiárias do Bolsa Família.	Abordagem quantitativa	Gastos com aluguel e gás foram os principais preditores da IA, enquanto a renda exclusiva do PBF teve 70% de poder preditivo; padrões alimentares e dados demográficos não mostraram correlação significativa.	Componentes da renda familiar, como os gastos fixos, podem complementar a EBIA, já que a percepção da IA envolve não só a renda total, mas também o comprometimento com despesas básicas.
A8	Analisar o papel que o PBF desenvolve na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA.	Abordagem qualitativa	O programa melhorou o acesso a alimentos, o padrão de vida e a qualidade de vida das famílias, além de incentivar práticas creditícias que ajudam a combater a IA.	O PBF é eficaz no combate à IA na região, garantindo acesso à alimentação, inclusão social, valorização da cidadania e fortalecimento das redes locais de apoio.
A9	Investigar a prevalência de insegurança alimentar (IA) e fatores associados em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa-MG	Abordagem quantitativa	Entre 243 famílias, 72,8% enfrentam insegurança alimentar, especialmente em domicílios com mães de baixa escolaridade e renda no estrato econômico E.	O PBF reduz a IA em famílias com pré-escolares em Viçosa ao melhorar o acesso a alimentos, embora fatores socioeconômicos ainda perpetuem o problema.
A10	Analisa a IA e os fatores associados	Abordagem	Em Itapiranga, Amazonas, a IA é alta e ligada à	O PBF melhora o acesso a alimentos,

	à área urbana de um município na bacia hidrográfica do Rio Amazonas	quantitativa	vulnerabilidade social, falta de serviços, insegurança hídrica, baixa renda, alta densidade domiciliar e ausência de infraestrutura básica.	mas não elimina a insegurança alimentar sem políticas que garantam recursos básicos como água potável.
A11	Identificar e analisar fatores associados à IA, as tendências e a distribuição espacial para estratos geográficos.	Abordagem quantitativa	A partir de 2013, houve aumento da IA grave em domicílios vulneráveis, impactado pela redução da cobertura do PBF. Projeções indicam agravamento da IA e risco à meta do ODS 2, com associação entre austeridade fiscal e piora alimentar confirmada por modelagens robustas.	As políticas de austeridade fiscal desde 2014 agravaram a IA grave, especialmente entre os vulneráveis, e sem mudanças estruturais o Brasil não atingirá a erradicação da fome até 2030, evidenciando a urgência de revisar políticas para fortalecer a proteção social e a segurança alimentar.
A12	Estimar a prevalência de diversidade alimentar mínima e consumo de ultraprocessados em crianças de 6 a 23 meses segundo variáveis sociodemográficas	Abordagem quantitativa	63,4% das crianças de 6 a 23 meses têm diversidade alimentar mínima, mas 80,5% consomem ultraprocessados; IA está ligada a menor diversidade e maior consumo desses alimentos.	O PBF melhora o acesso a alimentos, mas a diversidade alimentar infantil é limitada e o consumo de ultraprocessados é alto, exigindo ações complementares.
			O Indicador Econômico	

A13	Apresentar os métodos utilizados para atualização do IEN utilizando dados da Pesquisa Nacional de Nutrição da Criança (ENANI-2019)	Abordagem quantitativa	Nacional (IEN) atualizado com dados da ENANI-2019 avaliou eficazmente o nível socioeconômico de domicílios com crianças menores de 5 anos, sendo menor em casas sem esgoto, beneficiárias do PBF, com IA e déficit de crescimento; a inclusão de itens tecnológicos aprimorou o modelo.	O novo IEN, que integra dados da ENANI-2019 e avanços tecnológicos, é eficaz para avaliar o status socioeconômico de famílias com crianças pequenas, especialmente em contextos vulneráveis, e é uma ferramenta válida para pesquisas e políticas públicas voltadas à infância.
A14	Avaliar a IAN de famílias beneficiárias do PBF no distrito sanitário oeste de Ribeirão Preto, São Paulo.	Abordagem quantitativa	Entre crianças menores de cinco anos beneficiárias do PBF, 81,6% das famílias enfrentam IA, que está associada ao déficit estrutural e à coexistência de excesso de peso.	O PBF reduz a IA ao melhorar o acesso a alimentos, mas não garante segurança alimentar plena em contextos vulneráveis.
A15	Avaliar fatores socioeconômicos e de assistência nutricional de gestantes beneficiárias do PBF atendidas em pré-natal no Recôncavo da Bahia.	Abordagem quantitativa	Entre 250 gestantes em pré-natal, 40% tinham excesso de peso pré-gestacional e 38% ganho de peso adequado; a maioria tinha baixa escolaridade e renda abaixo de dois salários-mínimos.	O PBF melhora o estado nutricional e a situação socioeconômica de gestantes, reduzindo a IA, mas desafios na qualidade alimentar e acesso à saúde persistem.

A16	Caracterizar o ambiente alimentar comunitário de Ouro Preto e das famílias beneficiárias do PBF	Abordagem quantitativa	As famílias do PBF em Ouro Preto vivem perto de alimentos não saudáveis, enquanto áreas periféricas têm pouca oferta de alimentos saudáveis.	O acesso ao PBF apoia a segurança alimentar, mas o ambiente alimentar restrito nas residências, com pouca oferta de alimentos variados e saudáveis, limita os benefícios do programa na qualidade nutricional das famílias.
A17	Avaliar os fatores que influenciam as decisões alimentares de beneficiárias do PBF.	Abordagem quali-quantitativa	Sabor e preferências pessoais são as principais influências nas escolhas alimentares das beneficiárias, seguidas por preço e saúde.	O PBF eleva a renda familiar, mas escolhas alimentares saudáveis também dependem de fatores culturais, educacionais e ambientais.
A18	Descrever foco e cobertura do programa Bolsa Família em crianças de 13 a 35 meses de idade.	Abordagem quantitativa	Famílias com maior coesão e adaptabilidade apresentaram melhor qualidade de vida. A idade, nível educacional e percepção de saúde foram fatores associados à qualidade de vida.	O PBF melhora aspectos socioeconômicos que impactam positivamente a qualidade de vida e a coesão familiar, o que contribui indiretamente para a redução da IA e nutricional das famílias beneficiárias.
A19	Avaliar e comparar o consumo alimentar de usuários do SUS conforme tipo de assistência (UBS e ESF) e participação no PBF.	Abordagem quantitativa	O estudo mostrou diferenças entre municípios: em São Luís, o foco do PBF foi ~33,8% (renda) e 33,7% (classe econômica), com cobertura de 82,1% (renda) e 68,9% (classe econômica); em	Os indicadores mostram foco baixo do PBF, especialmente em Ribeirão Preto, indicando muitas famílias elegíveis sem benefício. Já a cobertura foi mais satisfatória, principalmente em São Luís, sugerindo maior

			Ribeirão Preto, foco de 15,9% e 15,3%, com cobertura de 71,6% e 46,8%, respectivamente.	efetividade em contextos de maior vulnerabilidade social.
A20	Verificar a incidência e mortalidade por tuberculose em áreas com ESF e PBF, considerando desigualdade de renda.	Análise quantitativa	O estudo revelou que a incidência e mortalidade por tuberculose não apresentaram diferenças significativas em áreas cobertas pelo ESF e PBF.	O PBF aliado à Estratégia Saúde da Família reduz desigualdades e IA mostrando que renda combinada com serviços de saúde promove melhor segurança alimentar.
A21	Avaliar o impacto do PBF no consumo de alimentos nas regiões Nordeste e Sudeste	Abordagem quantitativa	Apenas 41% dos usuários do SUS apresentaram padrão alimentar saudável. Beneficiários do PBF consumiram menos hortaliças e saladas cruas.	A participação no PBF está associada a melhor acesso alimentar, mas a IAN persiste devido a hábitos alimentares inadequados e limitações no consumo de alimentos nutritivos.
A22	Identificar a prevalência de IA em área rural do Nordeste, comparando comunidades quilombolas e não quilombolas.	Abordagem quantitativa	Beneficiários do PBF consumiram mais alimentos in natura e minimamente processados, especialmente na região Nordeste.	O PBF melhora o consumo alimentar e reduz a IA, principalmente no Nordeste, mas desafios regionais e socioeconômicos afetam seu êxito.
A23	Avaliar o impacto do PBF na superação da Insegurança Alimentar.	Abordagem quantitativa	A insegurança alimentar foi maior entre quilombolas (64,9%) do que em outras comunidades rurais (42%).	Ser beneficiário do PBF ajuda a reduzir a IA em comunidades quilombolas e não quilombolas, mas as condições estruturais e históricas de vulnerabilidade dessas comunidades limitam o alcance total do programa.

A24	Avaliar o impacto do PBF na superação da IA em municípios do interior da Paraíba, Brasil.	Abordagem quantitativa	O estudo de coorte mostrou que o PBF melhorou a segurança alimentar, mas outras variáveis socioeconômicas também influenciaram os resultados.	O PBF reduz a IA em comunidades quilombolas e não quilombolas, mas vulnerabilidades estruturais limitam seu impacto total.
------------	---	------------------------	---	--

Fonte: Autor (2025).

A análise comparativa dos estudos evidencia o potencial do PBF como política pública de proteção social, contribuindo para a mitigação da fome e para a ampliação do acesso a alimentos entre as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, os resultados também revelam limitações importantes, apontando que o programa, isoladamente, não é capaz de assegurar segurança alimentar plena. Persistem elevados índices de insegurança alimentar entre os beneficiários, associados a fatores estruturais como pobreza extrema, baixo nível de escolaridade, desemprego e ausência de políticas públicas complementares.

Além disso, os artigos analisados contemplam distintos delineamentos metodológicos e enfoques analíticos, refletindo os múltiplos determinantes sociais e econômicos que impactam o acesso regular e adequado aos alimentos. Embora reconheçam a relevância do PBF na promoção da segurança alimentar, os estudos reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais articuladas, que integrem transferência de renda a políticas de educação alimentar e nutricional, geração de renda, habitação, saneamento e acesso a serviços públicos essenciais.

Esses achados empíricos corroboram os fundamentos teóricos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme preconizado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006) e pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A intersetorialidade observada nos efeitos do Programa Bolsa Família reforça que a mitigação da pobreza e da insegurança alimentar não se dá apenas pela transferência de renda, mas pela articulação com políticas de saúde, educação e assistência social, em consonância com os marcos da SAN e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo acesso regular, suficiente e nutricionalmente adequado aos alimentos.

6 DISCUSSÃO

O Programa Bolsa Família completou 20 anos no dia 20 de outubro de 2023, carregando em sua história um legado de impactos, mas trazendo também novas metas com muitos desafios pela frente (Politize, 2023). Consolidou-se como um instrumento estratégico na agenda social brasileira, promovendo inclusão e cidadania por meio da transferência direta de renda a famílias em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2013). A diretriz que orienta o PBF é a busca pela promoção de uma renda mínima para aliviar de imediato a situação de pobreza extrema, possibilitando o acesso das famílias a direitos básicos, para então desenvolver a capacidade de superar a situação em que se encontram e consequentemente melhorar a qualidade de vida (Politize, 2023).

Entretanto, é importante destacar que o programa sofre influência de mudanças políticas, as quais impactam diretamente sua continuidade e efetividade. Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, o PBF foi temporariamente substituído por auxílios emergenciais com critérios distintos de elegibilidade e valores variáveis, gerando instabilidade, insegurança e descontinuidade no atendimento às famílias vulneráveis. Essa instabilidade provocou medo e incerteza entre os beneficiários, com impactos negativos sobre a saúde mental, o acesso à alimentação e a sensação de pertencimento social (Souza et al., 2020), com reflexos muito expressivos no aumento da insegurança alimentar.

Ademais, um estudo que faz o balanço dos impactos dos primeiros 15 anos de atuação do Bolsa Família, disponibilizado pelo IPEA, aponta que o valor baixo do benefício e do orçamento destinado ao PBF impedem que sua eficácia seja maior no combate à pobreza (Ipea, 2019). Ou seja, o PBF, de forma isolada, não é capaz de romper com as múltiplas e complexas dimensões da pobreza e da fome. Pesquisas realizadas por Duarte e Santos (A1) e Nascimento e Carvalho (A8), em áreas como o semiárido nordestino e comunidades tradicionais, revelam que a insegurança alimentar persiste mesmo entre os beneficiários, o que por um lado reforça que na ausência de políticas públicas complementares, como acesso à saúde, educação, saneamento, habitação e abastecimento alimentar, os efeitos do PBF tornam-se limitados, mas por outro, mostra a focalização do programa, que está presente em locais em que a vulnerabilidade social e econômica é maior.

Fatores estruturais e socioeconômicos, como baixa escolaridade, desemprego, insegurança hídrica e elevado número de dependentes, comprometem diretamente a efetividade do programa. Silva e Lima (A4) destacam que, em muitos desses

contextos, o valor da transferência, embora essencial, não é suficiente para suprir todas as necessidades alimentares das famílias, o que resulta na persistência de insegurança alimentar leve e moderada.

É indispensável considerar que o comportamento alimentar das famílias beneficiárias é determinado por fatores que vão além da renda. Elementos como o grau de escolaridade, o acesso à informação, o tempo para preparo das refeições e os hábitos culturais desempenham papel decisivo nas escolhas alimentares cotidianas. Nesse contexto, a renda, embora indispensável, não é suficiente para garantir uma alimentação saudável e adequada. O estudo aponta que as decisões alimentares, em contextos de vulnerabilidade, são marcadas por complexidade e múltiplos condicionantes, reforçando a importância de ações de educação alimentar e nutricional como parte estratégica do programa (Martins et al., 2019).

Nesse sentido, embora o aumento da renda possibilita maior aquisição de alimentos, isso não garante escolhas alimentares saudáveis. A população de baixa renda, assim como o restante da população, está fortemente exposta à chamada transição nutricional, marcada pela substituição de alimentos frescos por produtos ultraprocessados, os quais são ricos em sódio, açúcares e gorduras devido à praticidade, ao custo reduzido e ao marketing agressivo. Esse padrão tem contribuído para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, hipertensão e diabetes, inclusive entre crianças e adolescentes (Costa & Silva, 2018; World Bank, 2015).

A exposição das famílias beneficiárias a alimentos ultraprocessados evidencia os desafios de efetivação do DHAA e da SAN, mostrando que o acesso à alimentação deve ser não apenas quantitativo, mas também qualitativo, culturalmente apropriado e nutricionalmente equilibrado. Esse achado dialoga diretamente com a literatura que enfatiza a necessidade de educação alimentar e nutricional, práticas alimentares saudáveis e políticas complementares, como defendido por Maluf, Valente e Burlandy (2021), destacando que a segurança alimentar plena depende de estratégias intersetoriais que integrem renda, saúde, educação e cultura alimentar.

Essa realidade se agrava para famílias em condições de pobreza e extrema pobreza pelo maior acesso aos desertos alimentares, áreas onde há escassez de mercados e feiras com alimentos frescos e saudáveis, e de pântanos alimentares, onde predominam estabelecimentos que comercializam prioritariamente produtos ultraprocessados. Famílias residentes nesses territórios enfrentam obstáculos físicos,

econômicos e culturais para manter uma alimentação adequada, mesmo quando recebem o benefício do PBF.

Pesquisas de Batista e Moreira (A17) e Andrade e Schincaglia (A13) reforçam que o aumento da renda, sem o suporte de políticas públicas estruturantes e de educação alimentar, não é suficiente para mudar os padrões alimentares. Nesse sentido, autores como Popolin e Garcia (A21) e Silvani e Buss (A20) defendem a articulação do PBF com ações de educação nutricional, cultura e políticas, qualificação profissional e políticas de saúde pública, com o objetivo de promover não apenas o acesso quantitativo, mas também qualitativo aos alimentos, contribuindo para a prevenção de doenças crônicas e para a promoção da saúde integral.

Além das limitações financeiras, a gestão fragmentada do programa e a escassez de investimentos complementares em áreas essenciais como infraestrutura, educação e assistência à saúde, dificultam a transformação sustentável das condições de vida das famílias atendidas. Para que seus impactos sejam duradouros, o PBF precisa estar articulado a ações intersetoriais robustas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Cisternas, o PRONAF e a Estratégia Saúde da Família, que atuam em sinergia na promoção da justiça social, da segurança alimentar e do desenvolvimento local (FAO et al., 2022).

Por outro lado, evidências científicas reforçam sua relevância: estudo de Rasella, Sousa e Cavalcanti (2023) revela que, entre 2004 e 2019, o PBF evitou mais de 700 mil mortes e cerca de oito milhões de internações hospitalares.

Esses resultados expressivos demonstram que o programa impacta não apenas na redução das desigualdades socioeconômicas, mas também na melhoria significativa dos indicadores de saúde pública no país (Rasella et al., 2013). As famílias beneficiadas conquistaram a estabilidade alimentar em conjunto com a diversidade dos alimentos consumidos. Esses efeitos positivos foram observados em diferentes contextos, como no meio rural, onde (Bueno et al., 2021) (A5) identificaram a redução da prevalência de insegurança alimentar entre estudantes, e em comunidades quilombolas, e (Silva et al. 2017) (A23) relataram expressivas melhorias nos indicadores de segurança alimentar.

O programa foi desenhado para operar de maneira focalizada, utilizando o Cadastro Único (CadÚnico) como instrumento principal para identificar as famílias mais pobres, otimizando o uso dos recursos públicos e potencializando seus efeitos redistributivos, o que justifica os valores maiores de insegurança alimentar em famílias

beneficiárias do PBF. Além disso, sua eficácia é significativamente ampliada pelas condicionalidades impostas aos beneficiários, como a exigência de frequência escolar regular e o cumprimento do calendário de saúde, incluindo vacinação e acompanhamento pré-natal. Essas exigências fazem com que o programa atue diretamente sobre determinantes sociais da saúde, promovendo avanços nos indicadores de educação, saúde preventiva e desenvolvimento infantil (BRASIL, 2021); para mais, as condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família, como a exigência de frequência escolar mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos, têm se mostrado eficazes na promoção da escolarização entre os beneficiários. Estudos indicam que tais exigências contribuem para a redução da evasão escolar, o aumento da taxa de aprovação e a diminuição da defasagem idade-série, criando um ambiente mais propício à formação de hábitos alimentares saudáveis e à valorização da saúde e da nutrição no cotidiano familiar (Martins e Rückert, 2020).

O PBF ainda desempenha papel relevante na promoção da autonomia alimentar e no estímulo à produção local de alimentos (Martins et al., 2023). Estudos demonstram que os impactos do programa são amplificados quando associados a outras políticas públicas, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), especialmente na redução da mortalidade infantil por causas evitáveis, como desnutrição e diarreia (Souza et al., 2020). É essencial considerar tanto os avanços históricos alcançados quanto às limitações operacionais do programa, sem desconsiderar seu potencial transformador na luta contra a fome e a desigualdade.

Diante disso, em um país marcado por elevada pobreza e profunda desigualdade social, como o Brasil, o enfrentamento da fome não pode ser pontual, mas sim contínuo e estruturado, o Programa Bolsa Família (PBF) se destaca como uma política pública essencial. Trata-se de uma ação permanente e articulada, com impactos diretos na promoção da dignidade humana e na efetivação da cidadania das populações em situação de maior vulnerabilidade, apesar de eventuais retrocessos em sua trajetória (IFZ.ORG.BR, 2025). A continuidade e o aprimoramento do programa devem ser orientados pelos princípios da equidade e pelo respeito ao direito humano à alimentação adequada, em consonância com os preceitos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (FAO; OPS; UNICEF; WFP, 2022).

Tais mecanismos mostram que o PBF não se limita ao alívio imediato da

pobreza monetária. Ele contribui também para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, ao promover transformações estruturais e incentivar a inserção social das famílias. Estudos demonstram que a combinação entre transferência de renda e condicionalidades tem efeitos positivos sobre a permanência escolar, a saúde infantil e o acesso a serviços públicos essenciais (Costa & Silva, 2018; World Bank, 2015).

O impacto do Programa Bolsa Família também se destaca entre grupos populacionais específicos, como crianças, adolescentes e gestantes. Pesquisas de Rosalini e Probst (A18) e Lisboa e Santana (A15) demonstram que o programa promove melhorias nos indicadores nutricionais e na coesão familiar, refletindo diretamente no bem-estar e no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional desses públicos.

Demonstração da integração das políticas públicas que promoveram redução da pobreza, geração de empregos, apoio à agricultura familiar e acesso à alimentação saudável é a saída do Brasil em julho de 2025 do Mapa da Fome, indicador da FAO/ONU que identifica países com mais de 2,5% da população em situação de subnutrição grave e insegurança alimentar crônica. Assim como afirmou Wellington Dias (2025):

Essa vitória é fruto de políticas públicas eficazes, como o Plano Brasil Sem Fome que engloba o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cozinha Solidária, a valorização do salário-mínimo, crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar (PRONAF), incentivo à qualificação profissional, ao emprego e ao empreendedorismo, além do incremento da alimentação escolar. Todas as políticas sociais trabalhando juntas para ter um Brasil sem fome e soberano.

Portanto, o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar no Brasil exige políticas complementares às de transferência de renda. É necessário investir em políticas públicas intersetoriais, integradas e territorializadas, que assegurem o acesso físico, econômico e informacional a uma alimentação saudável, respeitando a diversidade cultural e as especificidades regionais. Somente por meio dessa abordagem abrangente, que articule renda, saúde, educação, infraestrutura, cultura alimentar e soberania alimentar, será possível garantir a efetivação dos direitos sociais e a superação das desigualdades que historicamente afetam as populações em situação de vulnerabilidade.

Ao observar a trajetória do PBF e seus impactos positivos na redução da fome e na promoção da cidadania, evidencia-se que os resultados alcançados convergem

com os princípios estruturantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com os marcos internacionais de direito à alimentação adequada. A análise demonstra que a política pública, para ser eficaz e sustentável, deve articular transferência de renda com ações estruturantes em educação, saúde, agricultura familiar e proteção social, consolidando-se como instrumento estratégico do Estado brasileiro para a promoção de condições de vida dignas e equitativas, em consonância com os compromissos assumidos nos ODS e na FAO/ONU. Trata-se, portanto, de um tema emergente e atual, cuja discussão se mostra indispensável para o fortalecimento da agenda pública de enfrentamento à fome e às desigualdades.

7 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o Programa Bolsa Família constitui uma política pública indispensável no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Ao longo de sua trajetória, inclusive na atualidade, evidencia-se seus avanços significativos e impactos positivos na redução da pobreza extrema, ampliando o acesso aos alimentos e promovendo cidadania e inclusão social por meio das condicionalidades do programa, que incidem sobre os determinantes sociais.

Entretanto, é necessário incentivar maior direcionamento de recursos a essa política assistencial, tendo em vista a persistência da insegurança alimentar entre beneficiários do PBF em regiões de maior vulnerabilidade social, garantindo, assim, maior focalização do programa e abrangência territorial no país.

Ademais, é fundamental considerar os fatores estruturais, como a baixa escolaridade e o desemprego, bem como os padrões alimentares inadequados frequentemente associados aos desertos alimentares em algumas localidades ou à ausência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que favorecem o maior consumo de ultraprocessados e comprometem a efetividade do programa.

Diante desse cenário, é imprescindível a articulação com outras políticas públicas estruturantes, como educação alimentar, geração de renda, saneamento básico, habitação e fortalecimento da agricultura familiar, de modo a complementar o PBF e assegurar a segurança alimentar plena e sustentável.

REFERÊNCIAS

1. AMARAL, Lúcia Helena de Oliveira; Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, supl. 1, e00150220, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37suppl1/e00150220/>. Acesso em: 15 mai. 2025.
2. AMARAL, Marcelo Rubens dos Santos; SILVA, Pedro Luis do Nascimento; LEON, Antônio Carlos Monteiro Ponce de. Crise, austeridade fiscal e insegurança alimentar: fatores associados, tendências e distribuição espacial via PNAD e POF. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e04722023, 2024.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n11/e04722023/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

3. ARAÚJO, Melissa Luciana de et al. Características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 641-651, fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n2/641-651>. Acesso em: 25 jun. 2025.
4. BISTA, Lais Duarte; PVL, Moreira. Decisões Alimentares de Beneficiárias do Programa Bolsa Família: a Renda é o Único Determinante do “Comer Saudável”. *Rev bras ciênc saúde*, p. 91-104, 2020. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/47695/29836>. Acesso em: 28 mai. 2025.
5. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.
6. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: MS, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.
8. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 24 jul. 2025.
9. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU**: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Gov.br, Brasília, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em: 29 jul. 2025.
10. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 12 ago. 2025.
11. BRASIL. Presidência da República. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU**: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Gov.br, 2025. Disponível

- em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/07/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em: 29 jul. 2025.
12. BUENO, Marilene Cassel et al. Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 153-162, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PcFTB5s6Mjgwmdn6w7rZJTJ/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.
 13. CABRAL, Caroline Sousa et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 2, p. 393-402, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/X5jY7YPtcTbshQC6VP8WXMf/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.
 14. CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>.
 15. CARDOZO, Daiane Roncato et al. **Padrões alimentares e (in) segurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família**. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 2, p. 363-377, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/SQksrHsfZM9pQFCVGHfZfdy/>. Acesso em: 28 maio 2025.
 16. CARDOZO, Daiane Roncato et al. **Predictive power of indicators to the perception of food and nutritional insecurity in the Bolsa Família Program**. Gestão & Produção, v. 27, n. 3, p. e5168, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/ZHzY98p6jtxLkLm5ybk9T4F/?lang=en>. Acesso em: 28 maio 2025.
 17. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CFN, 2025. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 28 maio 2025.
 18. DUARTE, Luisa Elvira Cavazzani et al. Prevalence and factors associated with food insecurity in quilombola families from Alagoas, Brazil. *Revista de Nutrição*, v. 37, p. e230111, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/TNTyzCLygPrthddXWmzvqKh/?lang=en>. Acesso em: 28 maio 2025.
 19. FAO; OPS; UNICEF; WFP. **Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe 2022: rumo a sistemas agroalimentares sustentáveis para garantir dietas saudáveis e acabar com a fome e a má nutrição**. Santiago: FAO, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb9364pt>. Acesso em: 28 maio 2025.
 20. FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

- Brasil em resumo.** Brasília, DF: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em: 11 mai. 2025.
21. FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Relatório SOFI 2024 – The State of Food Security and Nutrition in the World. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1707572/>. Acesso em: 11 mai. 2025.
 22. FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. SOFI 2024: Hunger declines in Latin America and the Caribbean, but healthy diet unaffordable for nearly one third of the region's population. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1741586/>. Acesso em: 11 mai. 2025.
 23. INSTITUTO FOME ZERO. **Manifesto de Fundação do Instituto Fome Zero.** São Paulo, 16 out. 2020. Disponível em: <https://ifz.org.br/manifesto>. Acesso em: 29 jul. 2025.
 24. LACERDA, Elisa Maria de Aquino et al. Minimum dietary diversity and consumption of ultra-processed foods among Brazilian children 6-23 months of age. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00081422, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2023.v39suppl2/e00081422/>. Acesso em: 28 maio 2025.
 25. LISBOA, Cinthia Soares et al. Socioeconomic and nutritional aspects of pregnant women assisted by Programa Bolsa Família: cohort NISAMI. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 315-324, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MpVMZnkN5XCpmvws36mjgrc/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 28 maio 2025.
 26. MARTINS, Bárbara Amaral; RÜCKERT, Fabiano Quadros. O Programa Bolsa Família e a condicionalidade educacional: uma análise do desempenho escolar de estudantes em situação de pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/y3VsyT9jLBTbXmghfWhyt8r/>. Acesso em: 25 jun. 2025.
 27. MARTINS, Paulo Henrique. Classe social e alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 100, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/d9TdKMjbTRvhqXwwRbdL8pF>. Acesso em: 25 jun. 2025.
 28. MATA, Mayline Menezes da; SANUDO, Adriana; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de. Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar: um estudo de base populacional em um município da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p. e00125423, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/cybjZ6mjH7hSHD4TRRWT7yp/?lang=pt>. Acesso

em: 28 maio 2025.

29. MOTOZO, Vanessa Patrícia Pereira et al. Insegurança Alimentar e Nutricional de beneficiários do Programa Bolsa Família. **O Mundo da Saúde**, v. 47, 2023. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1406/1372>. Acesso em: 28 maio 2025.
30. NASCIMENTO, Elcio Costa et al. **O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA**. Interações (Campo Grande), v. 18, p. 59-70, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/9X7NYC7j8Gw3Z6mQ7cYGtXg/>. Acesso em: 28 maio 2025.
31. OLIVEIRA, Maria Mônica de et al. Fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de cinco anos da Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 711-724, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XQggnysBwVMDYzLk46wRthj/>. Acesso em: 28 maio 2025.
32. POLITIZE. **Programa Bolsa Família: o que é, como funciona e história**. [S. l.], 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-desenvolvimento/programa-bolsa-familia>. Acesso em: 25 jul. 2025.
33. POPOLIN, Marcela Paschoal et al. Tuberculose: desigualdade de renda e interação da Estratégia Saúde da Família e Bolsa Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 19, p. a30, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/44230/24149>. Acesso em: 28 maio 2025.
34. RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, [S. l.], v. 382, n. 9886, p. 57-64, 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60715-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60715-1). Acesso em: 28 maio 2025.
35. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – Rede PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 11 mai. 2025.
36. ROSALINI, Maria Helena Pereira et al. Qualidade de vida, coesão e adaptabilidade em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 307-314, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n1/307-314/>. Acesso em: 28 maio 2025.
37. SANTOS, S. et al. Políticas de alimentação e nutrição no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25,

- e200757, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/YLnJzqBzy35HHKx6pMsvcS/>. Acesso em: 11 mai. 2025.
38. SEGURANÇA alimentar e nutricional (SAN): o que é, pilares e tipos. **123 Ecos**, [S.l.], 5 ago. 2024. Disponível em:
<https://123ecos.com.br/docs/seguranca-alimentar/>. Acesso em: 12 ago. 2025.
39. SERENINI, Milena et al. A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. e0242, 2023.
40. SILVA, Catarine Santos da et al. **Situação de insegurança alimentar em domicílios de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil**: contribuições para discussão da violação do direito à alimentação. *Saúde e Sociedade*, v. 31, p. e210617pt, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MJNKgg3CTPMLt8DMm3RwjQH/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.
41. SILVA, Etna Kalliane Pereira da et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00005716, 2017. Disponível em:
<https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n4/e00005716/>. Acesso em: 28 maio 2025.
42. SILVA, Simone de Oliveira da; BLAY, Eva M. Segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Bolsa Família: avanços e desafios. **Revista de Nutrição**, v. 27, n. 6, p. 681-692, 2014.
43. SILVANI, Juliana et al. Consumo alimentar de usuários do Sistema Único de Saúde segundo o tipo de assistência e participação no Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2599-2608, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sPLVtjd7VfLKMLvDNv7Pzrz/?lang=pt>.
44. SOARES, S. et al. Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 207-224, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000200001>. Acesso em: 28 maio 2025.
45. SOARES, Sergei; RIBEIRO, Lígia. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros anos. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODENESE, Mauro R. (Org.). **O Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
46. SOUZA, A. A. de. **Efeito da interação entre saneamento e o Programa Bolsa Família na morbidade e mortalidade por desnutrição e diarreia em crianças menores de cinco anos de idade**: um estudo ecológico de municípios brasileiros. 2020. 271 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ Minas), Belo Horizonte, 2020. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44694>. Acesso em: 28 maio 2025.

47. SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2499). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9616>. Acesso em: 25 jul. 2025.
48. SPERANDIO, Naiara et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1771-1780, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n6/1771-1780/>. Acesso em: 28 maio 2025.
49. SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. **Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 24, p. 739-748, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/q5nm5zJZkwPNtYZgRxTT8XS/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.
50. TEIXEIRA, Solange; PEREIRA, Karine. **I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 137, p. 1–22, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zpDzq8fGDzRt5ZDSWHkdkmy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.